

## Ata nº 63 / XIII / 2.<sup>a</sup> SL

Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro de 2017, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

### Ordem do Dia (OD):

#### 1. Informações gerais.

#### 2. Apreciação e votação do Parecer da Conta Geral do Estado de 2015.

#### 3. Apreciação e votação do Parecer da Proposta de Resolução n.º 37/XIII/2<sup>a</sup> - Aprova o Protocolo Adicional à Convenção sobre os Direitos Humanos e a Biomedicina referente aos Testes Genéticos para Fins relacionados com a Saúde, aberto a assinatura em Estrasburgo, em 27 de novembro de 2008.

#### 4. Apreciação do Relatório da deslocação de delegação parlamentar à reunião organizada pela Comissão AFET do Parlamento Europeu – Bruxelas, 8 de novembro de 2016.

#### 5. Aprovação de ata

Ata n.º 58 /XIII/2.<sup>a</sup> de 20 de dezembro de 2016

#### 6. Outros assuntos.

---

Iniciada a sessão, presidida pelo Senhor **Presidente da Mesa, Deputado Sérgio Sousa Pinto**, começou este por dar as boas vindas a todos os Senhores Deputados, seguindo para a abordagem ao **Ponto 1.** da OD, relativamente ao qual informou o seguinte:

- A Senhora Embaixadora de Portugal em Haia, Rosa Batoréu, manifestou disponibilidade para comparecer nesta Comissão a 21 de fevereiro (3<sup>a</sup>-feira), tendo esta data sido aceite por unanimidade dos Deputados presentes.
- Devido à realização das jornadas parlamentares do PEV, e à conseqüente anulação da sessão agendada para tal data, questionou o Senhor Presidente acerca da existência

de matérias urgentes que aconselhassem à realização de uma sessão no dia 1 imediatamente seguinte. Não existindo, ficou agendada a data de 7 de fevereiro para realização da próxima sessão da Comissão.

- Relativamente ao projeto de realização do Colóquio denominado “Refugiados na 1.ª Pessoa”, a organizar pela Comissão, foi comunicado o facto de a 1.ª Comissão estar igualmente a organizar evento similar. Avaliadas as circunstâncias, existindo já pedido de autorização para a realização do evento por parte do Senhor Presidente do Parlamento (que precedeu o da 1.ª Comissão), foi unanimemente decidido persistirem as motivações que conduziram à estruturação do Colóquio em apreço por parte da Comissão, até por se tratar de matéria a que deve ser sistematicamente concedido espaço de divulgação e discussão. Assim, ficou decidido diferir a realização do evento para o mês de março, permanecendo o convite, já formulado, à 1.ª Comissão para que possa associar-se ao mesmo.
- Em nome da Comissão, foi remetido ofício à Embaixada do Irão em Lisboa, apresentando condolências pelo recente incidente de Teerão (incêndio e abatimento de prédio que fez 30 vítimas).
- No âmbito da distribuição de iniciativas europeias, foi sugerido pelo Senhor Presidente que as [COM\(2016\)881](#) (Proposal for a REGULATION OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL on the use of the Schengen Information System for the return of illegally staying third-country nationals); [COM\(2016\)882](#) (Proposal for a REGULATION OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL on the establishment, operation and use of the Schengen Information System (SIS) in the field of border checks (amending Regulation (EU) No 515/2014 and repealing Regulation (EC) No 1987/2006)); e a [COM\(2016\)883](#) (Proposal for a REGULATION OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL on the establishment, operation and use of the Schengen Information System (SIS) in the field of police cooperation and judicial cooperation in criminal matters (amending Regulation (EU) No 515/2014 and repealing Regulation (EC) No 1986/2006, Council Decision 2007/533/JHA and Commission Decision 2010/261/EU)), atenta a sua unidade temática e não obstante a grelha de distribuição em uso na Comissão, ficassem a cargo de um mesmo Grupo Parlamentar, sugestão esta que foi acolhida por unanimidade, tendo sido nomeada Relatora a senhora Deputada Isabel Santos (PS).

Foi igualmente decidido, por unanimidade dos Deputados presentes, proceder ao escrutínio das seguintes iniciativas:

[COM\(2016\)759](#) (Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à **Governança da União da Energia (altera e revoga diversas**

**diretivas e Regulamentos)); e a [COM\(2016\)950](#) (COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES relativo ao **Plano de Ação Europeu no Domínio da Defesa**). Ficaram distribuídas, respetivamente, às **Senhoras Deputadas Joana Lima (PS) e Ângela Guerra (PSD)**.**

- Foram distribuídos a todos os Deputados, para verificação final de conformidade de redação, os textos finais referentes às **Resoluções números 546/XIII/2.<sup>a</sup> (PS), 587/XIII/2.<sup>a</sup> (PSD) e 598/XIII/2.<sup>a</sup> (CDS-PP), recentemente aprovadas em Plenário (6 de janeiro p. e p.)**

#### **Ponto 2. da OD.**

Neste âmbito, tomou a palavra o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para apresentar o seu Parecer acerca do tema em apreço. Começou por salientar tratar-se de um documento muito vasto, pelo que a sua apreciação apenas incidiu sobre a análise macroeconómica e à análise sectorial relacionada com a atividade do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Relativamente à política orçamental nacional em 2015, foi destacado que o valor do défice das Administrações Públicas atingiu 4,4% do PIB, situando-se acima do valor de 2,7% definido no Orçamento do Estado para 2015 (desvio de -1,7 p.p. do PIB), bem como do valor de referência de 3% do PIB estabelecido no Pacto de Estabilidade e Crescimento, o que impossibilitou a saída do procedimento por défice excessivo no prazo estabelecido. Em 2015, o rácio da dívida pública atingiu 129% do PIB, mais 5,3 p.p. do que o valor inicialmente previsto no OE2015 e menos 1,2 p.p. face a 2014.

Quanto à economia nacional, referiu ter-se registado uma taxa de crescimento de 1,5%, tendo recuperado relativamente a 2014 (0,9%). Concretamente, registou-se uma intensificação da procura interna, refletida no aumento do consumo privado em 0,4 p.p., no aumento do consumo público de 0,6 p.p., e no investimento que cresceu 3,9%.

As exportações aceleraram, tendo crescido para 5,9% relativamente aos 3,6% em 2014, ao mesmo tempo que as importações de bens aumentaram para 7,9%. O mercado de trabalho registou melhorias com uma descida na taxa de desemprego que chegou a 12,4%, em comparação com os 13,9% verificados em 2014.

Na análise sectorial da representação externa, o Relatório da Conta Geral do Estado refere que o orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros verificou uma taxa de execução de 90,4%, equivalente a €334,1 milhões, e inferior à registada em 2014, de 95,9%. Relativamente a 2014, a execução orçamental do MNE em 2015 foi menos positiva, tendo-

se verificado um aumento da despesa de 1,5% (€0,4 milhões), à exceção das quotizações e contribuições para organizações internacionais. Tais resultados ficaram a dever-se ao Impacto da reposição em 20% das reduções remuneratórias, à inaplicabilidade das reduções remuneratórias nos serviços periféricos externos, e ao impacto do mecanismo de correção cambial. Relativamente às quotizações e contribuições para organizações internacionais, referiu terem sido saldadas as dívidas de anos anteriores no total de €2,9 milhões, o que significou uma redução substancial das dívidas de anos anteriores relativamente a 2014.

Concluiu, opinando no sentido de que o Parecer reúne condições para ser remetido à Comissão Parlamentar de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa.

Interveio o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** para felicitar o autor do Parecer pelo trabalho efetuado, bastante aprofundado. Salientou o facto de, em 2015, terem cessado as dívidas devidas por Portugal pela sua participação em instituições internacionais, e de o Parecer ter aludido expressamente e bem, às atualizações remuneratórias e complementos auferidos pelo pessoal consular. Relembrou o reforço da rede externa operado em 2015, tanto em meios físicos como humanos.

Tomou a palavra o Senhor **Presidente** para manifestar a necessidade de ser feito um esforço no encurtamento dos prazos de elaboração, discussão e aprovação deste tipo de instrumentos, para que os mesmos possam ter efeito útil em função da finalidade a que se destinam.

Interveio o Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares (BE)** para sublinhar que o Parlamento pode, nalguns aspetos, melhorar o processamento deste tipo de instrumentos. Porém, realçou que há práticas exteriores ao Parlamento que condicionam fortemente o seu trabalho, pois a consolidação da Conta ocorre em março do ano seguinte ao que se refere, deve passar pelo Tribunal de Contas, chegando ao Parlamento, na melhor das hipóteses, em outubro seguinte. Ao chegar, é distribuída à Comissão de Orçamento, sendo subsequentemente redistribuída às diferentes Comissões, para apreciação, o que geralmente, apenas tem lugar em meados de dezembro, empurrando a elaboração dos respetivos pareceres para o início do segundo ano seguinte ao que se refere a Conta.

Submetido à votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

Relativamente ao **Ponto 3.** da OD, foi solicitado pelo Senhor **Deputado Ricardo Baptista Leite (PSD)** o adiamento da apreciação da peça em apreço, o que foi unanimemente aceite.

No **Ponto 4.** da OD, o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** que integrou a delegação parlamentar a esta reunião, conjuntamente com Deputados pertencentes às Comissões de Defesa Nacional, e Assuntos Europeus, sumariou os pontos principais da mesma, remetendo para a consulta o texto integral do Relatório elaborado pelo Senhor Deputado Miranda Calha (3.<sup>a</sup> Comissão), consultável [aqui](#).

No **Ponto 5.** da OD, após leitura da Ata n.º 58, de 20 de dezembro, foi a mesma submetida à votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos Deputados presentes.

No **Ponto 6.** da OD, pediu a palavra o Senhor **Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP)**, solicitando a admissão à discussão de uma proposta tendente a rever os tempos de intervenção dos Deputados e Grupos Parlamentares nas Audições Regimentais, por considerá-los manifestamente insuficientes.

Submetida à votação, a proposta de discussão acima referenciada foi admitida por unanimidade dos Deputados presentes, pelo que se passou à explanação e discussão da matéria. Nesta, propôs o Senhor **Deputado Filipe Lobo d'Ávila** que passasse a existir na grelha de Comissão aplicável uma terceira ronda de intervenções, só para Grupos Parlamentares.

Interveio o Senhor **Presidente** para colocar a alternativa de aumento dos tempos de intervenção de cada Deputado, na segunda ronda, de 2 para 3 minutos.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** referindo tratar-se de uma questão pertinente, tendo sugerido a existência de 3 rondas de intervenção, sendo a 2.<sup>a</sup> apenas para Grupos Parlamentares.

Interveio o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** para salientar a importância de o Governo poder dispor de tempo suficiente para responder às questões colocadas. Propôs a introdução de mais uma ronda de intervenções por Grupo Parlamentar, sendo que o tempo disponível para intervenções individuais de Deputados deve subir para 3 minutos. No limite, estaria disposto a discutir até a possibilidade de não limitar o tempo de resposta do Governo.

Interveio o Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares (BE)**, defendendo que as audições regimentais devem importar em mais tempo para respostas do Governo, sem prejuízo da salvaguarda do equilíbrio com os tempos a conceder aos Deputados, na medida em que ao Parlamento compete fiscalizar a atuação política do Governo. Defendeu que uma primeira ronda de intervenções reservada aos diferentes Grupos; uma segunda, de 2 minutos, também para os Grupos; e uma terceira, de 2 minutos, para Deputados individuais.

Fazendo um ponto de ordem, sintetizou o Senhor **Presidente** a seguinte proposta, assumindo, porém e por princípio, a necessidade de limitação dos tempos de intervenção: intervenção inicial do Governo de 15 minutos; primeira ronda, de 5 minutos, para intervenções dos Grupos Parlamentares, com resposta imediata do Governo, com o mesmo tempo. Segunda ronda de intervenções, de 3 minutos, igualmente destinada aos diferentes Grupos, com resposta em bloco do Governo, no tempo correspondente à soma das intervenções ocorridas. Finalmente, uma terceira ronda, em tudo equivalente à atual segunda ronda.

Submetida à votação, a proposta de alteração à Grelha de tempos referente às audições regimentais foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes, tendo igualmente ficado decidido adotá-la a título experimental, já na próxima que venha a ocorrer. Mais ficaram os serviços mandatados para proceder à respetiva alteração, submetendo o respetivo produto à apreciação e aprovação em sessão posterior da Comissão.

Nada mais havendo a tratar a sessão foi encerrada pelas dezasseis horas e quarenta e cinco minutos.

A presente reunião possui registo áudio consultável em:

[http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02\\_CNECP/CNECP\\_20170124.mp3](http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20170124.mp3)

Palácio de S. Bento, 24 de janeiro de 2017

**O Vice-Presidente da Comissão,**



**(Carlos Alberto Gonçalves)**

### **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra  
Domicilia Costa  
Filipe Lobo D' Ávila  
Gabriela Canavilhas  
Isabel Santos  
Joana Lima  
José Cesário  
Nuno Magalhães  
Paulo Neves  
Paulo Pisco  
Pedro Filipe Soares  
Porfírio Silva  
Ricardo Baptista Leite  
Sérgio Sousa Pinto  
Maria Augusta Santos  
Wanda Guimarães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões  
Carlos Páscoa Gonçalves  
João Oliveira  
Paula Teixeira da Cruz  
Rui Silva  
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins  
Carlos Alberto Gonçalves  
Lara Martinho

**A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 07/02/2017.**